

MARKUS GOTTLIEB¹

(Lwów, Polônia, 1920; S. Paulo, Brasil, 2003)



Markus Gottlieb, s. d.
Fotógrafo não identificado.
Acervo: Markus Gottlieb/SP; Arqshoah-Leer/USP.

1 Entrevista concedida por Markus Gottlieb à sua filha Liana Gottlieb e ao seu neto André Ganc. S. Paulo, 3.2.1999. Transcrição e transcrição: Liana Gottlieb, complementada com pesquisas realizadas por Maria Luiza Tucci Carneiro e Sarita Mucinic Saruê. Markus Gottlieb faleceu em 1º de dezembro de 2003. Iconografia: Nanci Souza e Samara Konno.

Desde a Hungria até a Polônia

Meu nome é Markus Gottlieb e, neste momento em fevereiro de 1999, conto a história da minha família para a minha filha Liana Gottlieb e o meu neto André Ganc. Nasci em 11 de junho de 1920, em Cholojow, um subúrbio de Lviv (em ucraniano), Lwów (em polonês) e Lemberg (em alemão). Essa cidade, que hoje pertence à Ucrânia, foi fundada no século XIII; pertenceu à Polônia de 1349 a 1772 e de 1920 a 1939. Em 1772 foi atribuída à Áustria. À época do meu nascimento, essa região ainda sofria invasões dos cossacos, que pilhavam e estupravam especialmente os judeus.



Lviv (na atual Ucrânia), cidade natal de Markus Gottlieb.
Google Maps.

Meu pai chamava-se Avraham Gottlieb, sendo filho de Samuel Gottlieb e Brindel Scaorr. Sua família chegou a Lwów (então Polônia) proveniente da Hungria, cuja data desconheço. Meus avós paternos, que depois se separaram, tiveram sete filhos, sendo o meu pai um deles. Eram seis meninas e o caçula, que era meu pai, que faleceu em 14 de maio de 1959.

Frymet Genauer Gottlieb, minha mãe, nasceu nos arredores de Lwów, numa fazenda. Seus pais se chamavam Samuel e Sara Genauer. Minha avó Sara faleceu quando minha mãe era ainda pequena. Eles se conheceram quando papai fazia o serviço militar, então com

seus 18 anos. Ele, assim como tantos outros judeus do Leste Europeu, lutou na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Meu avô Samuel Genauer, pai da minha mãe, era culto em religião, mas não fanático. Lembro-me de que ele me ensinava a Torá, porém de forma inteligente e questionadora, o que era proibido aos meninos nos centros de estudos bíblicos judaicos.

Éramos quatro irmãos: Salomea (chamada de Lonca), Josef, Sara Sprinza e eu. Estudei num colégio público federal e fiz o ginásio completo, mas, durante toda a minha vida estudantil, não tinha nenhuma possibilidade de escapar de surras depois de cada aula, por ser judeu. Os agressores eram tanto colegas poloneses quanto ucranianos. Numa classe de 40 alunos, éramos quatro judeus. Vocês conhecem a expressão “corredor polonês”? Pois é, eram formadas duas colunas de polacos e os judeus tinham que obrigatoriamente passar pelo corredor, e iam apanhando. Além disso, a humilhação era constante também em sala de aula, praticada pelos próprios professores. Em 1934, eu com 14 anos e no quarto ano ginásial já sabia, e a Polônia também, que haveria uma invasão. Tanto que foi dada uma ordem para que se colassem papéis nos vidros e que nos preparássemos para o blecaute.

A difícil vida na Polônia

A odisseia do meu pai

O início da operação “Judeus do Vaticano” – que irei narrar em detalhes, no momento oportuno – começou, na verdade, em Lwów na Polônia, que contava então com 350 mil habitantes. Um terço era composto por poloneses, um terço por ucranianos e um terço por judeus. Mas isso não impedia que sofrêssemos com o forte antissemitismo, totalmente explícito. A atmosfera era tão tensa e tão sem perspectivas, principalmente para os judeus, que meu pai resolveu, de qualquer forma, procurar outro ambiente, outro país para onde pudéssemos ir. Ocorre que, naquela época, todos os países negavam qualquer tipo de visto aos judeus, e a obtenção legal de um passaporte era impossível. Chegamos a tal ponto de desespero, tanto pela miséria como pela perseguição, que meu pai resolveu atravessar a fronteira sem passaporte mesmo, sem nada, deixando-nos, minha mãe e os quatro filhos,

Vozes do Holocausto

“ao deus-dará”. Não havia alternativa. Era preciso arriscar. Assim, ele partiu em direção à Viena em 1934.

Depois de três meses sem notícia alguma, soubemos que, à medida que ele atravessava ilegalmente a fronteira da Polônia para a Tchecoslováquia, os tchecos o mandavam de volta para a Polônia, ou outra fronteira, depois de uma permanência nas cadeias. Os poloneses, por sua vez, sem simpatia alguma para com os judeus, davam graças a D’us por ele querer ir embora. Finalmente, depois de muitas peripécias, ele conseguiu atravessar a fronteira entre a Tchecoslováquia e a Áustria, chegando a Viena.

Na Áustria viviam alguns parentes do meu pai, que tinham uma boa situação financeira. Eles o abrigaram. Porém, como a Áustria não permitia a permanência de estrangeiros, ele tentou e conseguiu atravessar a fronteira com a Itália. Foi aí que começou o nosso envolvimento com a “Operação Judeus do Vaticano”, cuja história deve ser entendida no contexto de uma Polônia e Itália nazifascistas.

Durante esse período de espera por notícias do meu pai, vivemos na miséria e passamos fome na Polônia. Eu trabalhava como *boy*, isso quando me aceitavam, ganhando 25 *zlotych*



Frymet Gottlieb, mãe de Markus Gottlieb, s. d.
Fotógrafo não identificado.
Acervo: Markus Gottlieb/SP; Arqshoah-
Leer/USP.

por mês (um dólar correspondia a cinco *zlotych*). Um almoço custava um *zloty*, e nós dividíamos essa refeição com outras cinco pessoas. Essa era toda a comida que tínhamos. Mamãe ajudava com algumas costuras, quando as conseguia, e assim passamos aqueles meses, até papai nos mandar notícias e o dinheiro. Foi aí que partimos para a Itália.

Na Itália, naquela época, não existia praticamente antissemitismo. Os italianos viam os judeus como “pessoas do bem”, até a promulgação das Leis Raciais pelo governo fascista de Benito Mussolini em 1938. Embora se sentisse no ar o clima de guerra, na Itália o ambiente parecia calmo, o povo maravilhoso e o fascismo não era tão negativo quanto se propagava, pelo menos aos olhos das pessoas mais humildes e para os refugiados que vinham de outros países. Nós, pelo menos naquele momento, não sentimos o preconceito. A vida ali era muito melhor se comparada com aquela que vivêramos na Polônia. Tanto era melhor que sequer nos importávamos com o clima tenso do regime fascista.

Voltando à odisseia do meu pai: ele conseguiu chegar a Milão em 1934 e regularizar sua situação, recebendo o *Permesso di Soggiorno in Attesa di Cittadinanza* ou simplesmente *Soggiorno*, que quer dizer uma permissão de permanência no país por um determinado período. Assim que o conseguiu, imediatamente nos enviou dinheiro para que fôssemos encontrá-lo. Por sorte, os parentes austríacos lhe deram dinheiro. Já era o início de 1935.

Fomos muito bem acolhidos pelos italianos e logo conseguimos nos estabelecer. Acredito que, se não fosse a guerra, teríamos nos assimilado totalmente, pois não éramos ligados à religião. O religioso da família era meu avô, pai da minha mãe. Logo que chegamos a Milão, o dono do prédio em que fomos morar tinha uma padaria no térreo. Sempre que eu podia ficava lá olhando como ele fazia os pães e logo aprendi, o que me permitiu substituir o dono várias vezes.

Depois de um tempo, o dono resolveu vender a padaria convencido pelo meu pai que era muito cativante. Assim, ele conseguiu comprar a padaria. Mas nós não nos saímos bem, pois não tínhamos prática no negócio de pães. Eu trabalhava à noite e de dia ajudando a fazer o pão preto que era novidade na Itália. Então, eu carregava 30, 40 quilos de pães nas costas e na bicicleta, e os patrícios que viviam lá compravam nossos pães. Isso, porém, não era muito rentável. E a nossa padaria faliu.

Havia um senhor conhecido nosso – que inclusive veio para o Brasil também, mas é falecido – que tinha uma oficina de peles. Ele me chamou e minha irmã Lonca para que fôssemos trabalhar em sua oficina, pois ele nos ensinaria o ofício. Nós dois fomos e aprendemos a costurar as peles. Havia duas máquinas: eu trabalhava em uma delas e sentada ao meu lado, na outra máquina, trabalhava minha irmã. Nós costurávamos os pedaços pequenos de pele (retalhos) que depois eram esticados e vendidos para as peleterias, que fabricavam os casacos.

Depois de aprender a costurar, eu aprendi a juntar os pedaços. Já era um progresso. Aquilo era rentável, pois os retalhos de pele eram praticamente jogados fora pelas peleterias. Nós os comprávamos e depois de costurá-los e esticá-los os vendíamos por um preço razoável.

Em 1935/1936, Mussolini invadiu a Etiópia, pois pretendia ampliar o império italiano tomando posse do norte da África, já que a Líbia já estava incorporada. Com as sanções naturais de uma situação de guerra, mesmo que a Itália fosse vencedora, a situação ficou delicada. Faltava trigo, faltava ferro. Eram feitas coletas de ferro em praças públicas.

Todo estrangeiro, por lei, quando completava 18 anos, tinha por obrigação fazer o serviço militar. Fui convocado em 1936 para me inscrever no Exército italiano. Eu já tinha feito meus planos. Após o serviço militar, teria o direito de me tornar cidadão italiano. É óbvio que isso não ocorreu.

O antissemitismo fascista

Nossa vida na Itália mudou drasticamente a partir de 1938, logo depois da explicitação alemã do seu intuito de exterminar os judeus. Embora a maioria dos italianos não fosse antissemita, o fascismo tinha muito em comum com o nazismo. Mussolini, que já mantinha relações de amizade com Hitler, recebeu ordens da Alemanha para perseguir os judeus, em especial os estrangeiros. Diante do fato de que muitos judeus participavam das frentes que combatiam o fascismo, Mussolini e o Gran Consiglio Fascista proclamaram as famigeradas leis raciais, antissemitas, assinadas pelo rei Vittorio Emanuele III. Essas leis transformaram os judeus em cidadãos de segunda classe. Foram expulsos dos seus empregos e das universidades onde ensinavam ou estudavam, e até das escolas primárias. Foram proibidos de vender ou

comprar imóveis, e os judeus não nascidos na Itália receberam um ultimato para deixar o país, e muitos foram encarcerados nos campos de concentração, meu caso e de meu pai.

Não podemos nos esquecer que, seguindo a política do pangermanismo, Hitler anexou a Áustria à Alemanha em 1938, invadiu e tomou à força a Tchecoslováquia em 1939 e invadiu a Polônia no mesmo ano. Além disso, Mussolini e Hitler assinaram, em 1939, o “Pacto de Aço”, o que estreitou mais ainda os laços entre a Itália e a Alemanha, levando à submissão da Itália às imposições alemãs.

Opções de fuga

Nessa época, comecei a pensar em fazer o mesmo que meu pai fizera quando ainda estava na Polônia. Como ele, resolvi sair da Itália. Eu não via mais futuro para nós naquele país e, assim, comecei a procurar um outro lugar para vivermos. Mas logo vieram as dificuldades comuns aos judeus refugiados: não conseguia o passaporte, pois já era conhecido como “judeu estrangeiro”. O único país que dava visto era o Haiti, mas havia muito preconceito e ninguém queria ir para lá. Para falar a verdade, não sabia, como não sei ainda, o porquê desse preconceito.

A única saída que me apareceu foi fugir para a França. Existia uma organização judaica que tentava ajudar os judeus a fugir, a Joint. Consegui entrar numa dessas levas, junto com outros 30 judeus. Partimos de Milão com destino a Ventimiglia, que era uma vila, hoje com 25 mil habitantes e que faz parte da região da Ligúria, sobre o Golfo de Gênova. Existe uma estação de trens internacional bem na fronteira entre a Itália e a França.

Policiais italianos das fronteiras guiavam os grupos à noite, até um ponto nas montanhas, e indicavam o caminho, que se resumia em conseguir descer rolando pelas terraças com plantações. É evidente que os soldados franceses, que guardavam as fronteiras, atiravam. Saímos correndo e, pulando as terraças, tentamos escapar dos tiros. Após um tempo que não terminava nunca, consegui chegar à planície e alcançar a estrada que levava a Menton, na mesma madrugada. Eu estava com um outro rapaz que também escapou com vida. Menton é uma pequena cidade francesa, que fica na costa francesa – Côte d’Azur. De lá conseguimos carona e chegamos a Nice que estava amontoadada de refugiados. Ficamos por

lá. Mas o prazo de validade do meu passaporte polonês venceu. Eu tinha conseguido esse passaporte na Itália, pelo consulado chileno, que representava os interesses dos poloneses na Itália. A obtenção desse passaporte foi também uma odisseia. Mas em Nice não havia consulado polonês. O mais próximo ficava em Marselha. Peguei um trem para Marselha e lá chegando fui direto ao consulado. O funcionário que me atendeu pegou meu passaporte e arrogantemente me informou que eu não era mais cidadão polonês e não necessitava mais do passaporte polonês, o qual ficaria retido com ele.

É indescritível o que senti naquele momento. Eu, com 18 anos, dentro do consulado polonês na França, sem nenhum documento. Até hoje sinto um tremendo ressentimento contra a Polônia e a Alemanha nazista que não pouparam esforços para impor suas leis discriminatórias. Em total desespero, voltei a Nice, e a organização judaica me conseguiu um passaporte de apátrida francês. Fiquei em Nice por um ano vivendo de bicos.

Um dia recebi um telegrama de minha mãe desesperada, pedindo-me que me apresentasse em 24 horas a exemplo do que já tinham feito com meu pai. Foi em 1940, que veio uma ordem da *Questura* de Roma dizendo que, se eu não me apresentasse em 24 horas, eles levariam a minha mãe para o campo de concentração. O pretexto para nos levar era de que éramos judeus poloneses. O fato de sermos judeus estava nos prejudicando novamente.

Nos campos de concentração na Itália

Para conseguir voltar para a Itália, foi a mesma odisseia, pois eu saíra sem permissão, e só consegui atravessar a fronteira porque saí correndo, torcendo para que nenhum tiro dos soldados franceses me pegasse. Às vezes, assisto a filmes ou reportagens reais em que pessoas tentam atravessar as fronteiras sob tiros, fico muito tocado, pois me vem à memória o que eu mesmo vivi, por duas vezes, e sei bem o que elas sentem.

Meu pai já havia sido levado para o campo de concentração de Civitavecchia. Assim que cheguei, puseram-me na prisão, a mais famosa de Milão – San Vittore –, onde fiquei por 24 dias, num cubículo de um por três metros, com mais dois judeus. Só dois podiam dormir e o terceiro tinha que ficar em pé. No vigésimo quarto dia, à noite, apareceram dois policiais que me levaram à estação de Milão. De lá partimos num trem até Nápoles.

Em Nápoles descemos, era noite e estava completamente escuro, blecaute total. O ambiente era tenebroso. No dia seguinte, eles foram bons comigo e me levaram para passear e disseram: “Aproveite, porque você vai para um lugar onde não poderá passear”.

Lembro-me de que, enquanto esperávamos o trem na estação, bem cedo e logo após o “passeio”, fazia muito frio. Seguimos, então, para o campo localizado na cidade de Ferramonti di Tarsia, na Calábria, província de Conzeza.^A Era um campo de concentração todo cercado com arame farpado, num terreno pantanoso, com barracas erguidas na parte central. Era muito úmido, cheio de mosquitos e muita malária. Logo ao chegar, deram-me um colchão de palha e um cobertor, e me levaram para a barraca onde eu deveria ficar. O piso era de cimento e, em cada barraca, havia 40 pessoas. Ao lado da nossa barraca, havia uma cozinha e um

A- O campo de concentração de Ferramonti era *sui generis* por várias razões: ali não existiam guardas armados e a prática religiosa era livre, atendendo a várias religiões: contava com a presença de um rabino, uma *yeshivá* completa, um frade franciscano e uma capela para celebração dos cultos. Entre os detentos, havia judeus, cristãos e até mesmo alguns muçulmanos. No local, os prisioneiros podiam conviver com a família, e alguns se casaram e tiveram filhos que ali ficaram até a libertação efetuada pelo Exército inglês, entre os quais havia soldados judeus. Aqueles que seguiram para o norte da Itália tiveram destinos trágicos, antes mesmo do término da guerra, sendo presos e deportados para Auschwitz, quando não foram executados. Ainda hoje existem sobreviventes judeus que estiveram nesse campo, a maioria residente em Israel, mas também no Brasil conforme constatamos. Vários grupos costumam retornar a Ferramonti para auxiliar na reconstrução de edifícios que resistiram ao tempo e à urbanização daquela região. O local é mantido pela comunidade de Ferramonti di Tarsia, com a participação de colaboradores não remunerados.



Casa do Fascio e Praça Vittorio Emanuele em Civitavecchia, cidade que abrigou um campo de concentração fascista onde ficou internado Abraham Gottlieb. Civitavecchia, Itália, 1940.

Fotógrafo não identificado.

Disponível em: <http://images.delcampe.com/img_large/auction/000/359/165/339_001.jpg?v=1>. Acesso em: 30 jul. 2017.

banheiro. A maioria dos componentes da minha barraca eram estudantes de medicina da Universidade de Bolonha e tinham mais ou menos a minha idade.

Meu pai fora enviado para um outro campo de concentração muito melhor que existia em Civitavecchia. Ali os prisioneiros recebiam um tratamento razoável e não passavam fome, como no nosso campo. Minha mãe conseguia vir me ver, de vez em quando, e trazia um pacote com alimentos, que eu dividia com os outros 39 companheiros de barraca. Ela imaginou que, se solicitasse ao Ministério que me transferissem para o campo em que estava o meu pai, seu pedido seria acatado, mas como resposta, ao invés de me transferirem para Civitavecchia (o campo em que meu pai estava), eles trouxeram o meu pai para Ferramonti. A única vantagem foi que ficamos juntos. Não diria que as condições do nosso campo eram subumanas, se comparadas com as condições dos campos da Alemanha e Polônia, como eu fiquei sabendo depois. Embora fosse tudo muito injusto, deu para sobreviver. Fiquei sabendo que muita gente que ficou lá, depois da nossa partida, sobreviveu.^A



Campo de concentração de Ferramonti di Tarsia, na Calábria, província de Conessa, Itália, década de 1940. Fotografia não identificado.

Acervo: Arqshoah-Leer/USP.

A- O internamento de Markus Gottlieb e seu pai, Abraham Gottlieb, no campo de concentração de Ferramonti di Tarsia, na Itália, consta em registros de judeus estrangeiros internados na Itália entre 1940 e 1943, que podem ser acessados no *site* da Fondazione Centro di Documentazione Ebraica Contemporanea, disponível em: <http://www.cdec.it/ebrei_stranieri/trova_tutto.asp>. Acesso em: 28 jul. 2017.

Havia algumas aldeias nas redondezas do campo. Nós recebíamos uma mesada muito pequena e cigarros dos próprios italianos. E alguns de nós recebíamos algum dinheiro dos parentes e, com essa quantia, aproveitávamos para comprar alimentos que o povo das aldeias trazia até os portões do campo para nos vender. Nós éramos tratados como meio-judeus, meio-prisioneiros e inimigos poloneses, em função da declaração de guerra que já havia sido feita contra a Polônia. Lembro-me do dia em que me enfiaram uma baioneta na altura do estômago, pois eu quis avançar num comissário que cuidava do campo e que me deu umas bofetadas muito fortes, porque eu havia batido no *Kapo*.

Quem era esse *Kapo* e o que aconteceu? *Kapo* era um judeu designado pelos italianos para cuidar de cada barraca. Um amigo meu de Milão chegou ao campo e, assim que fiquei sabendo, eu tentei levá-lo para ficar na minha barraca. Mas o *Kapo* se postou na entrada da barraca e não o deixou entrar. Expliquei-lhe que se tratava de um amigo meu, da mesma cidade, da mesma rua, e que eu gostaria que ele ficasse comigo. Ele então disse: “Não, aqui ele não entra, quem manda aqui sou eu!”. Manda, não manda, dei-lhe um soco e ele caiu. Eu era muito forte. Aí ele foi se queixar com o comissário. Não se passaram dez minutos e apareceram quatro soldados com baionetas que me comboiaram até o bloco principal onde ficavam os soldados. Lá chegando, o comissário me disse: “Ah, então é você? Você sabe que bater nele (*Kapo*) é o mesmo que bater em mim, pois ele me representa?”. E me deu umas bofetadas tão fortes que eu vi estrelas e, instintivamente, sem pensar, avancei num impulso, e ele me enfiou a baioneta no estômago. Comecei a sangrar! Acho que ele ficou com pena de mim, pois contei o que havia acontecido e ele me mandou de volta para a barraca.

Assim que cheguei à barraca, como todos os companheiros eram quase médicos, cuidaram de mim e fizeram um curativo. Naquela mesma noite, o *Kapo* estava dormindo lá no fundo, e eu só ouvi um barulho intenso e surdo. Só sei que bateram muito nele. No dia seguinte o levaram embora e nomearam outro *Kapo*.

Outro episódio aconteceu com os meus pombos. Eu sempre fui apaixonado por pombos. Na Polônia eu já criava pombos. Consegui comprar um casal de pombos dos que vinham vender mercadorias. Ajeitei uma casinha, pendurei-a e comecei a criar pombos com migalhas que eu catava e dava para eles, e eles se acostumaram comigo.

Só que um dia a fome apertou. Eu não percebi nada. Os companheiros me chamavam de *Balila* (que significava jovem fascista), de brincadeira, pois eu era muito querido por todos. Então, nesse dia eles me chamaram: “*Balila, vieni quá mangiare!*”. Respondi: “*Vá bene!*”. Sentei-me e experimentei a carne e gostei. Perguntei se era galetto, e eles disseram que era pombo... os meus pombos, todos eles! Bem, não é difícil imaginar que, mesmo com muita fome, não consegui mais comer nada.

Éramos todos judeus poloneses. Só havia um alemão, homossexual, que se apaixonou por mim, e foi difícil me livrar dele. Eu não sei como ele foi parar lá, nunca perguntei. Nas outras barracas havia pessoas de todas as idades, inclusive mulheres e famílias inteiras. Ao todo éramos pouco mais de duas mil pessoas.

Para que a minha mãe pudesse vir nos visitar, ela tinha que obter permissão. A distância era muito grande porque Ferramonti ficava depois de Salerno. Era praticamente depois de Nápoles, lá para baixo. E ela vinha de trem, sozinha. Enquanto estávamos no campo, minha mãe tocou o negócio de peles que tínhamos em Milão. Ela é que sempre foi a cabeça da família, a mais esperta em termos de negócio. Ela era ajudada por alguns funcionários italianos, a quem havíamos ensinado o ofício, o que nos permitiu crescer, isso ainda antes de meu pai e eu sermos levados para o campo de concentração. Embora tivessem nos levado para o campo, permitiram que o negócio continuasse funcionando.

Operação “Judeus do Vaticano”

Enquanto meu pai e eu estávamos presos no campo de concentração, mamãe ficou sabendo que estavam fornecendo vistos para quem tivesse passagem para um país que recebesse estrangeiros, inclusive judeus convertidos ao catolicismo. Na época, não se sabia quantos vistos seriam liberados. Mas sabíamos que em Milão havia muitos falsários que emitiam documentos e até mesmo atestado de batismo falso. Mamãe conseguiu comprar certidões de batismo para toda a família. O Vaticano tinha conhecimento disso e fazia vistas grossas. Em seguida, mamãe pegou minha irmã Sara com cerca de 11 anos e viajou para Roma para solicitar os vistos. Antes de se dirigir ao Vaticano, ela foi à embaixada brasileira conversar com o embaixador. Não fica muito bem contar que ele cobrava pelos vistos,

Markus Gottlieb

mas é essa a verdade. Ele era pintor e mamãe “comprou” um quadro dele, que deixamos na Itália. Assim, ela conseguiu liberar os nossos vistos em 26 de fevereiro de 1941, cujos números eram: 483 – Avraham Gottlieb (meu pai), 484 – Frymet Gottlieb (minha mãe), 485 – Markus Gottlieb (eu), 486 – Salomea Gottlieb (minha irmã), 487 – Josef Gottlieb (meu irmão já falecido) e 488 – Sara Sprinza Gottlieb (minha irmã).



Lonca Lucki, irmã de Markus, s. d.
Fotógrafo não identificado.
Acervo: Markus Gottlieb/SP; Arqshoah-Leer/USP.

Os nossos documentos de judeus convertidos (ou judeus não arianos, como aparece em alguns documentos daquela época) foram preparados em italiano. Para comprar as passagens, bastou apresentar os vistos brasileiros. A partir daí, o governo italiano concordou em autorizar a nossa saída da Itália. Só que a coisa toda não se processou imediatamente. Minha mãe tinha se comunicado com a família do meu pai que vivia em Viena e que tinha

posses pedindo que lhe enviasse a quantia de 80 mil dólares, exigida pelo Vaticano para fornecer os vistos. Não sei como essa mala chegou até ela, mas chegou.

Posteriormente, fiquei sabendo que a minha irmã mais nova Sara é que foi com a minha mãe ao Vaticano comprar os vistos. Lá foram recebidas pelo cardeal, que era o braço direito do papa, que, quando a viu, chamou um seminarista e lhe disse que a levasse para conhecer o Vaticano e tomar um lanche. Enquanto isso, minha mãe ficou aguardando a documentação. Ao negociar com o cardeal, minha mãe conseguiu comovê-lo a deixar uma pequena parte do dinheiro com ela para que pudesse comprar as passagens e para que a família tivesse algum dinheiro quando chegasse ao Brasil.

Mamãe retornou a Milão, e, depois de algum tempo, foram expedidas as nossas autorizações de libertação do campo de concentração de Ferramonti. Acontece que a autorização do meu pai chegou antes, ele foi libertado e eu fiquei sozinho. O dia da saída do meu pai foi tremendamente triste para mim. Quando ele partiu, pensei: “Bom, agora devo me conformar, pois vou ficar aqui!”. O que se passou em meu íntimo não dá para descrever. Eu fiquei atrás da cerca de arame observando meu pai partir.

Cerca de dois meses e um pouco depois vieram me buscar também. Minha primeira parada foi em Roma, onde eu deveria permanecer numa espécie de liberdade vigiada. Mas não aguentei e fugi para Milão. Em Milão ocorreu o seguinte: precisávamos esperar apenas o tempo suficiente até sair a autorização para viajarmos. Tínhamos que deixar tudo, não dava para levar nada, e os homens em idade de servir o Exército não deveriam viajar de avião, pois, ao pararem na Espanha, seriam detidos e enviados para a Alemanha. Isso porque a Espanha tinha um acordo com os alemães através do qual todo judeu polonês identificado em aviões que parassem na Espanha seria imediatamente detido e enviado para a Alemanha. Nós sofriamos perseguição pelos dois lados, como judeus e como poloneses.

Estratégias de fuga

Fazíamos coisas fantásticas, criativas, para escapar. Bolamos o seguinte plano: minha mãe me comprou calças curtas, depilei todos os meus pelos e me vesti o mais infantilmente possível, para parecer com menos idade do que eu tinha. Partimos, eu e meu pai, de trem para

Lisboa, pois nos trens o controle não era tão intenso quanto nos aeroportos. Combinamos com minha mãe que, quando chegássemos a Lisboa, enviaríamos um telegrama e ela então partiria com meus irmãos de avião. Segundo minha irmã Sara, os grandes aviões não estavam mais voando para lugar nenhum. A minha mãe então alugou um pequeno avião de quatro lugares que os levou de Milão para Lisboa. Fiquei sabendo, também, que minha mãe jejuou até receber notícias nossas de que tínhamos chegado a Lisboa. Minha irmã jamais se esqueceu dessa viagem, pois ficou menstruada pela primeira vez durante o voo.

Mas as coisas não correram como prevíamos: na Espanha nos pararam e queriam me levar preso, porém papai se pôs na minha frente e impediu dizendo que eu tinha somente 16 anos. Após alguma discussão, deixaram-nos partir. Finalmente, chegamos a Lisboa em janeiro de 1941. Vimos ali o pão branco pela primeira vez, depois de quatro anos. E ficamos instalados em dois quartos alugados na casa de uma família portuguesa, esperando a vinda do monsenhor que iria trazer o nosso dinheiro, nossas economias para a viagem, e de fato ele o trouxe. Acontece que na Itália não se podia levar nenhum dinheiro para fora do país, sob pena de morte. Então, para todos os efeitos, saímos sem nada.

Em Lisboa tivemos outro problema. Os nossos vistos eram de trânsito, mas o navio não estava lá e tínhamos que esperá-lo. Então, os portugueses não quiseram deixar minha mãe e meus irmãos, Salomea, Joseph e Sara, saírem do aeroporto. Foi uma tragédia. Mas, por fim, meu pai foi conversar com o cardeal de Lisboa e lhe mostrou as passagens e os vistos de entrada no Brasil. O cardeal, então, foi ao aeroporto e conseguiu a liberação da minha família.

O Brasil como destino

Permanecemos em Lisboa por três meses até a chegada do navio Cabo de Hornos, um cargueiro espanhol, que carregou 600 e poucas pessoas. Esse navio foi o penúltimo que saiu da Europa para a América do Sul. Interessante que anos depois, quando já estávamos estabelecidos em S. Paulo, encontrei várias pessoas que conheci no navio. Há até uma senhora que mora perto da minha casa, francesa, que viajava com sua família fugindo da França. Durante a viagem, não se podia saber quem portava um visto permanente, de turista ou como “Judeu do Vaticano”. O medo de tudo era tão intenso que nem conversávamos

Vozes do Holocausto

sobre o assunto, nem sobre como cada um chegara até aquele navio. No navio, viajamos com todo tipo de pessoas e até com vacas. Um homem grande cismou com minha irmã mais nova e começou a mexer com ela. Quando ela me contou, eu dei uma surra nele, e, na primeira escala, o homem foi expulso do navio. Vimos também um submarino inglês, e um homem que estava no navio desceu para o submarino.

Chegamos a Santos no dia 13 de maio de 1941. Só depois de muito tempo minha mãe ficou sabendo que existiam outros “Judeus do Vaticano” morando em S. Paulo. Mas havia um acordo tácito, silencioso, de não se comentar nada.

REGISTRO DE ESTRANGEIROS
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

NOME..... MARKUS GOTTLIEB

Admitido em território nacional em caráter..... PERMANENTE (art. 24)

Nacionalidade..... POLONEZA..... "SOLTEIRO"

Pai..... ABRAHAM GOTTLIEB..... Mãe..... FRYMET GENAUER

Profissão..... PELETERO

Carteira de identidade n.º..... 685.308..... Registro n.º..... 113.121 Exp. em 8-8-41.

Residência..... RUA N.S. DE LOURDES Nº 6-

Emprego..... AMBULANTE..... Local..... SÃO PAULO

13-8-41. *Sintonia*

Mod. 162

DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Registro de admissão de estrangeiro, em caráter permanente no Brasil, de Markus Gottlieb.
S. Paulo, 13.8.1941.

Acervo: Arquivo Nacional/RJ; Arqshoah-Leer/USP.

O recomeço em S. Paulo

De Santos, estabelecemo-nos em Varginha por pouco tempo e viemos para S. Paulo. Fomos nos aproximando novamente da religião por motivos sociais, mais para termos um ambiente para frequentar. Mas sem maiores ligações com a religião, a crença, tanto que

Markus Gottlieb

me considero hoje um homem livre. Meu pai foi quem mais forçou a nossa volta para a religião judaica.

Em fins de 1944, em um baile do Macabi, conheci Bertha Gruman – cuja família tinha vindo da Romênia em 1925 – e logo nos apaixonamos. Ficamos noivos em 20 de maio de 1945 e nos casamos em 21 de outubro de 1945.

Em S. Paulo, retomamos o negócio de peles que tínhamos em Milão, mas não fomos muito bem-sucedidos, pois afinal o Brasil é um país tropical. Posteriormente comecei a trabalhar com meu cunhado que tinha uma indústria de camisas e pijamas, e logo me tornei sócio. Paralelamente, comecei a atuar como incorporador, construindo prédios. Eu sempre quis estudar, mas só tive oportunidade de fazer o supletivo e a Faculdade de Direito com 62 anos.



Carteira profissional de Markus Gottlieb.
S. Paulo, 2.6.1943.

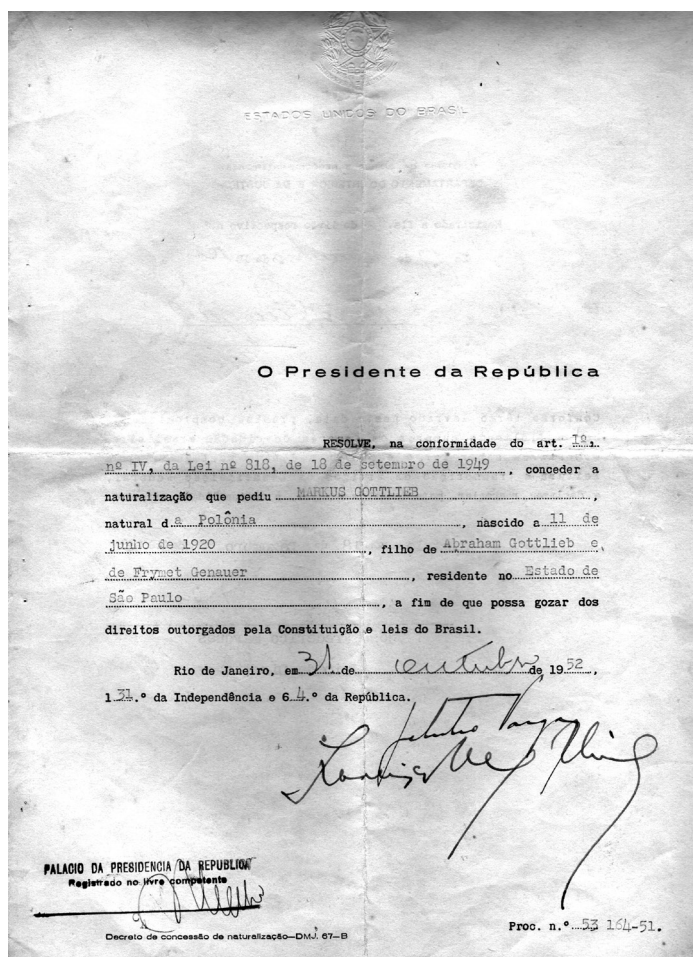
Fotógrafo não identificado.

Acervo: Markus Gottlieb/SP; Arqshoah-
Leer/USP.

Reflexões de um homem livre

Uma volta ao passado

Lembro-me de que, em 1997, passávamos um fim de semana prolongado no sítio de um casal de amigos. Uma tarde, meu amigo e anfitrião lia um livro quando me chamou: “Markus, você foi judeu do Vaticano? Olha o seu nome aqui, neste livro”. Tratava-se do livro *Os judeus do Vaticano*, de autoria do historiador Avraham Milgram. Senti um misto de choque, surpresa, constrangimento e nenhum orgulho por ter evitado transmitir às minhas filhas qualquer sentimento negativo que pudesse refletir na formação delas.



Certidão de naturalização de Markus Gottlieb no Brasil.

S. Paulo, 31.10.1952.

Acervo: Markus Gottlieb/SP; Arqshoah-Leer/USP.

Markus Gottlieb

Quando eu soube que éramos alguns daqueles “Judeus do Vaticano”, fiquei surpreso, pois jamais poderia imaginar que aqueles documentos, que haviam sido comprados através de propina, tinham sido registrados oficialmente no Vaticano. Infelizmente, pouca gente havia conseguido. Além do meu nome, lá estavam os nomes dos meus pais e irmãos. Para ser mais preciso, os nomes constavam da relação dos vistos autorizados pela embaixada do Brasil na Santa Sé aos israelitas batizados católicos em conformidade com a Resolução nº 39, de 23 de junho de 1939, editada pelo Conselho de Imigração e Colonização. Na coluna correspondente à Missão Diplomática ou Consulado, constava a embaixada do Brasil em Roma, sendo 26 de fevereiro de 1941 a data da emissão dos vistos (MILGRAM, 1994).

MINISTÉRIO DA GUERRA

(1) 2ª R. M. (1) 4ª C. R. (Corpo ou Formação de Serviço)

CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 3ª CATEGORIA

Nº 870074 (2) SÉRIE B

Certifico que o cidadão **MARKUS GOTTLIEB** (1) da classe de 1920 (1) alistado no ano de 1953 (1) pelo município de **Capital** (1) Estado **S. Paulo** (1) e incorporado no ano de (1) é considerado reservista de 3ª categoria.

A) IDENTIFICAÇÃO

Filho de **Abraham Gottlieb** (1) e de **Erymet Genauer** (1)

Natural de **Estado POLÔNIA** (1) de **Município NATURALIZADO** (1) Cidade (lugar) **Brasileiro** (1) Data de nascimento **11-Junho-1920** (1) Instrução **Alfabetizado** (1) Outras notas (1)

Cópis Branca (1)
Cabelo Cast. (1)
Olhos Cast. (1)
Altura **1m,76** (1)
Nariz **reto** (1)
Boca **Regular** (1)
Sínzis particulares **Não Tem** (1)

4ª C. R. - S/3
FICHA Nº 30
30/03/53
M. Gottlieb

Assinatura do reservista (2)

B) SERVIÇO ATIVO (1)

Unidade onde serviu (1) e excluído em (1)
Tempo de serviço (incluído em (1) Especialidades **Fuzilador** (1) Graduação **Soldado** (1)

C) MOBILIZAÇÃO

Destino de mobilização **4ª C.R. Seção Mob. n. 4** (1)
Residência **São Paulo** (1) (Cidade e, se possível, rua e número)

Em caso de mobilização deverá apresentar-se (1)
Cidade (lugar) **São Paulo** (1)
Centro de Mobilização n. (1)
No. **30** (1) dia de mobilização (1) de **1953** (1)

OBSERVAÇÕES:
A) Este certificado poderá ser substituído oportunamente pela caderneta correspondente.
B) Em caso de mobilização o reservista deverá apresentar-se à autoridade local (civil, se aí não houver guarnição militar), a fim de obter meio de transporte até o lugar do Centro de Mobilização que lhe foi atribuído.

Certificado de reservista de terceira categoria de Markus Gottlieb no Brasil. S. Paulo, 30.3.1953
Fotógrafo não identificado.
Acervo: Markus Gottlieb/SP; Arqshoah-Leer/USP.

Com a publicação desse livro de Avraham Milgram, não adiantava mais continuar escondendo a história de nossa vinda para o Brasil, enfim uma “viagem para a salvação”. Ao mesmo tempo, eu consegui compreender coisas que, até então, se mantinham confusas e nebulosas em minha memória. Naquela época, e por muito tempo depois, o medo e a luta pela sobrevivência eram tão grandes que evitávamos, entre nós, conversar sobre tudo aquilo que havíamos vivido.

Entrei num processo de volta ao passado, e, aos poucos, as lembranças forçosamente esquecidas começaram a voltar. No entanto, jamais me passou pela cabeça registrar esse período de minha vida anterior à vinda para o Brasil. Bem, aqui estou em frente de minha filha mais velha, Liana, responsável pelo registro deste testemunho, e de meu neto André, seu filho, que já me fizeram algumas perguntas para iniciar. Mas isso somente aconteceu em 3 de fevereiro de 1999.

A verdade é que hostilidade ostensiva não sentimos desde 1941 até os dias de hoje, pelo menos nada que se parecesse, nem de longe, com o que vivemos na Europa. Para nós, o Brasil era um paraíso, pois aqui podíamos trabalhar, e era possível sonhar com o futuro.

Isso não quer dizer que como judeu não sofri discriminação, pois aqui no Brasil havia muitos simpatizantes do fascismo e do nazismo. Mas, hoje a discriminação, embora existindo, é muito menor, inclusive a assimilação e os casamentos mistos estão avançando muito, e eu acho que isso é muito bom. Penso que o Brasil talvez seja um dos únicos países do mundo em que o problema racial, futuramente, não será um problema, enquanto em outros países, de acordo com as notícias que temos, vai perdurar, como perdura até hoje, e não só contra judeus. O que se vê é que o homem está sempre em busca de um bode expiatório para os males que ele não consegue superar.

Se pensarmos que só na Polônia havia três milhões e meio de judeus; que nos outros países da Europa também existiam milhões de judeus (calcula-se que existiam em torno de oito a nove milhões), pode-se imaginar como se sente um judeu que conseguiu escapar do horror nazista, principalmente sendo um entre cerca de 950 judeus – não arianos, privilegiados com o visto brasileiro. Na verdade, compreendi tudo o que aconteceu sobre esse episódio através do livro do Milgram. Quando estava lá na Itália, e muito tempo depois de estar aqui no Brasil, não sabia nem das cotas, nem da posição do governo brasileiro, nem da forma

como as embaixadas funcionavam. Quase não acreditei no comportamento comprovado do governo brasileiro.

O clero de seu lado poderia ter forçado mais a concessão de vistos. Por que pedir só três mil vistos? Por que não 20 mil ou mais? O próprio Vaticano tinha que dar demonstrações de hostilidade aos alemães, ficando numa posição praticamente neutra. Às vezes, era obrigado, guiado pelo secular antissemitismo, a fazer vistas grossas ao catecismo e ao antissemitismo praticados pelos padres, bispos e concílios.

As coisas não eram como hoje, em que o papa diz oficialmente: “Os judeus são os nossos irmãos, de onde saímos”. Aliás, não podemos nos esquecer que Jesus era judeu e não pregava nenhuma religião nova, a não ser o puro judaísmo. A minha volta, digamos assim, ao judaísmo, aqui no Brasil, além dos motivos já apontados, foi uma espécie de reflexo de autodefesa. Não podemos esquecer o fato de que, mesmo que o judeu não queira ser judeu, os outros o lembram que é, o tempo todo. Além disso, ocorre que quanto mais querem nos proibir de ser algo, mais desejamos sê-lo, até como uma manifestação de liberdade democrática. É uma questão de liberdade.

Paradoxalmente, um bom e querido amigo que tive aqui em S. Paulo (nossa amizade começou em torno de 1953), quando morávamos no Cambuci, foi o padre João, ótima pessoa que frequentava nossa casa, pois morávamos muito perto da igreja do Cambuci e batíamos longos papos em alemão. Imagino que essa convivência deixava seus fiéis enciumados, pois não o via frequentando as outras casas vizinhas.

Aprendi a falar alemão nos meses em que vivemos em Viena. Alguns anos depois que a guerra acabou, soubemos que havia chegado ao Rio de Janeiro uma comitiva de alemães que procurava localizar os judeus que fugiram da Europa e tinham sido vítimas do nazismo. O governo alemão pretendia dar uma pensão vitalícia para todos esses judeus. Alguns ainda recebem essa ajuda. Tratava-se de 500 dólares, muito dinheiro, mesmo nos dias de hoje, principalmente para quem tinha vindo com pouquíssimo ou nenhum dinheiro para recomeçar a vida num país totalmente estranho. Infelizmente, nós recusamos aquela ajuda por puro orgulho. Infelizmente porque as coisas não foram nem têm sido fáceis. Mas cá estou, vivo, cidadão brasileiro com muito orgulho. Fui casado por 52 anos com a Bertha, falecida em janeiro de 1998. Hoje, por ocasião deste

Vozes do Holocausto

meu testemunho, posso dizer que tenho uma grande família: quatro filhas, oito netos e três bisnetos (e mais dois a caminho).



Família de Markus Gottlieb, S. Paulo, s. d.
Fotógrafo não identificado.
Acervo: Markus Gottlieb/SP; Arqshoah-Leer/USP.